

Feminismos descoloniais e inteligência artificial

Descolonial feminisms and artificial intelligence

Feminismos descoloniales e inteligencia artificial

Entrevista com Paola Ricaurte Quijano

Realizada por:

Carlos Eduardo Souza Aguiar

Faculdade Paulus de Comunicação – FAPCOM

<cadu.s.aguiar@gmail.com>

A ascensão da inteligência artificial (IA) não se limita a uma revolução técnica, mas inaugura um novo regime de dados, no qual as formas de conhecer, governar e regular a vida são profundamente transformadas. Ferramentas algorítmicas, como o ChatGPT, são apenas as manifestações mais visíveis de um processo mais amplo, em que sistemas automatizados passam a mediar interações sociais, decisões políticas e dinâmicas econômicas. Mais do que simplesmente processar informações, esses modelos participam ativamente da produção de objetividade e normatividade, redefinindo categorias epistemológicas essenciais: o que é normal e o que é patológico, o que é verdadeiro e o que é falso, o que merece ser visível e o que permanece oculto. Essa reorganização do conhecimento não é neutra; ela estrutura novas formas de governança, frequentemente invisíveis, mas profundamente eficazes.

Contudo, esse necessário debate é frequentemente eclipsado por uma polarização aparentemente inevitável, marcada por posições que celebram a IA como expressão do progresso humano e aquelas que a percebem como ameaça, um risco à integridade humana e à estabilidade social. Tal cenário polarizado tende a reduzir as discussões éticas a um debate superficial sobre os chamados “bons usos” da tecnologia ou a especulações futuristas, que frequentemente ignoram as implicações imediatas e concretas da IA já presente em nosso cotidiano.

Nesse contexto, as reflexões de Paola Ricaurte são especialmente oportunas e necessárias. Distanciando-se dessas abordagens reducionistas, Ricaurte convida-nos a perceber a inteligência artificial não como um simples instrumento neutro, mas como um fenômeno social profundamente atravessado por relações históricas de poder, interesses econômicos e assimetrias geopolíticas. A partir de uma perspectiva feminista, descolonial e alinhada às epistemologias do Sul, a autora problematiza a reprodução e amplificação de desigualdades estruturais e violências históricas por meio da IA, destacando como a colonialidade digital perpetua formas contemporâneas de exclusão e exploração.

A entrevista que segue aprofunda esses temas, explorando questões essenciais como colonialismo digital, dataficação e justiça social. Ricaurte aponta caminhos para uma prática ética e política da IA que evite repetir padrões coloniais ao normalizar um modo específico de pensar como se fosse universal, propondo, ao contrário, que se reconheça e valorize a diversidade cultural e epistemológica, na defesa por tecnologias mais justas, equitativas e sustentáveis.

Carlos Eduardo Souza Aguiar: Colonialismo digital: A concentração de poder em poucas corporações e países tem sido denominada colonialismo digital. Como podemos fomentar tecnologias centradas em valores comunitários que promovam a justiça social, a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente? De que maneira as práticas ancestrais originárias do Sul global podem inspirar novos paradigmas tecnológicos para enfrentar a crise civilizatória?

Paola Ricaurte Quijano: De fato, algumas das propostas teóricas que buscam explicar o momento atual enfatizam as relações históricas de dependência colonial, denominando esta época como *colonialismo digital*. Tais propostas procuram destacar os legados históricos baseados em processos de ocupação territorial, extração de recursos naturais e apropriação da força de trabalho, cuja acumulação deu origem à chamada modernidade. Ou seja, historicamente, as metrópoles imperiais, por meio de sua estratégia colonizadora, buscavam apropriar-se das terras, dos recursos e do trabalho que lhes permitiriam desenvolver seu modelo de sociedade.

Essa ideia de continuidade das relações históricas de dependência se expandiu para a era atual, a fim de explicar como persistem essas relações assimétricas entre as metrópoles e as periferias. No entanto, agora se manifestam por meio das infraestruturas tecnológicas, dos dados, dos softwares, dos sistemas de produção de conhecimento, das instituições, das práticas culturais, das formas de governo e do exercício da autoridade. Também englobam as interações sociais, as formas de produção da subjetividade, o controle sobre o corpo, o trabalho e os recursos naturais.

Nesse sentido, Aníbal Quijano denomina esse fenômeno de colonialidade do poder, ou seja, a persistência das estruturas coloniais de dominação, mesmo após o fim formal do colonialismo como regime político. Em outras palavras, a colonialidade do poder implica o controle de todas as esferas da vida – o ser, o saber e o sentir – um controle que se exerce e se encontra mediado sociotécnicamente.

Algumas respostas para enfrentar a colonialidade do poder por meio da tecnologia – ou colonialidade da tecnologia, como eu costumo chamar – provêm de muitos âmbitos, alguns com raízes muito antigas. Por um lado, há uma longa tradição de luta social na América Latina, com processos históricos de mobilização política e social atravessados por uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia na reprodução da dependência. Por outro, tem surgido um pensamento próprio que busca dar conta do que somos.

Se rastrearmos historicamente, desde meados do século passado têm emergido numerosas reflexões filosóficas em torno do lugar epistêmico e político que ocupa-

Essa ideia de continuidade das relações históricas de dependência se expandiu para a era atual, a fim de explicar como persistem essas relações assimétricas entre as metrópoles e as periferias

mos como região e sobre a necessidade de gerar um pensamento próprio que ancore essas visões em uma América Latina com um profundo anseio de soberania em todas as dimensões. A isso somam-se as lutas históricas dos povos originários por sua autonomia, soberania e autodeterminação, cuja visão de mundo, em muitos casos, entra em tensão com a dos Estados-nação latino-americanos. Também estão presentes as lutas feministas, antirracistas, sindicais, enfim, uma longa tradição de mobilização social.

Aqui podemos identificar pelo menos duas vertentes fundamentais: a luta política e a luta epistêmica, das quais podemos nos nutrir para pensar como poderia se materializar uma visão de sociedade e de mundo que privilegie a vida digna e as relações, desafiando a visão hegemônica que impõe um único modelo de desenvolvimento e de sociedade, em óbvia contradição com a sustentabilidade da vida no planeta. Rita Segato, por exemplo, fala de dois modelos de mundo irreconciliáveis: o mundo das coisas e o mundo dos vínculos.

Para apostar nesse mundo dos vínculos, as sociedades latino-americanas podem aprender com as práticas de sustentação da vida que muitas comunidades têm desenvolvido na região, colocando no centro a relação indivisível com o território. A partir dessa perspectiva, o ser se concebe como um entrelaçamento de relações e

não pode pensar-se de maneira individual. Muitas das comunidades que habitam nossos territórios ainda preservam e defendem essas outras maneiras de fazer mundo, o que implica, evidentemente, outras formas de relação com a tecnologia. Aqui, é necessário entender a tecnologia em um sentido amplo – não apenas como as tecnologias digitais –, concebendo-a como uma habilitadora de relações que permitam a construção de um modelo de mundo que privilegie a vida.

Essa abordagem pode parecer utópica, mas na realidade, como apontam muitos pensadores e pensadoras dos povos originários – como a linguista, ativista e escritora mixe Yásnaya Aguilar –, não se trata de imaginar mundos utópicos futuros, mas de reconhecer práticas milenares que têm permitido a subsistência de ecossistemas, territórios e dos povos que os habitam. A partir dessa concepção, essas formas de vida são a única resposta viável diante da crise climática.

Penso que esses modos de vida das comunidades, embora ameaçados, persistem apesar das violências sistêmicas e dos esforços do capital e dos governos para exterminar aqueles que não se ajustam ao modelo do mundo das coisas. Considero que essas formas de vida são a única via que temos como humanidade para enfrentar as crises multidimensionais nas quais estamos imersos.

Carlos Eduardo Souza Aguiar: Relações entre tecnologia e desigualdade: As tecnologias de inteligência artificial costumam ser apresentadas como neutras, mas sua concepção, aplicação e impacto podem reproduzir e perpetuar desigualdades históricas. Em um contexto em que a dataficação e a automação ampliam as desigualdades, como podemos identificar e enfrentar as formas de violência epistêmica e material geradas por essas práticas?

Paola Ricaurte Quijano: Para responder a esta pergunta, quero fazer um percurso histórico e recordar que o desenvolvimento tecnológico, no marco do capitalismo, sempre esteve associado à otimização da produção e ao aumento da mais-valia, o que permite a acumulação de capital. Portanto, o que acontece hoje com as tecnologias digitais não é, de modo algum, um fenômeno novo. Ao longo da história, temos observado como as tecnologias desenvolvidas dentro de um sistema capitalista contribuem para gerar e perpetuar a desigualdade sistêmica.

Essa desigualdade se manifesta em todas as escalas. Vimos isso nitidamente durante a pandemia: os grandes ganhadores foram as grandes corporações tecnológicas dos Estados Unidos. Essa acumulação de capital não apenas reforça uma desigualdade estrutural dentro dos países, como também amplifica a distância entre as nações. Diversos relatórios têm alertado que, se a economia digital continuar a reproduzir os mesmos padrões, as desigualdades entre países seguirão se aprofundando. A concentração de infraestrutura, software, dados e conhecimento nas mãos de uns poucos apenas intensifica essas assimetrias. Como sabemos, essa desigualdade sistêmi-

ca em nível global também afeta de maneira desproporcional as pessoas que têm sido historicamente marginalizadas.

Por isso, é importante entender essas desigualdades em suas diferentes escalas: macro, meso e micro. Frequentemente, quando falamos de desigualdade, focamos nas disparidades entre países, mas também é necessário considerar as desigualdades dentro de cada nação e, sobretudo, seu impacto nas vidas concretas das pessoas. Não estamos falando de abstrações, mas de realidades que afetam seres humanos de carne e osso. Conectar essas escalas é crucial porque nos permite analisar tanto os processos geopolíticos que produzem a desigualdade – essa colonialidade de que falamos anteriormente – quanto os mecanismos políticos em nível regional e nacional que perpetuam as iniquidades sociais. E, em última instância, devemos entender como essas desigualdades afetam as pessoas mais oprimidas: comunidades historicamente excluídas, mulheres, pessoas racializadas, dissidências, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores e outros grupos que foram expulsos dos sistemas sociais e institucionais. Essas populações estão sofrendo diretamente as consequências do desenvolvimento tecnológico hegemônico, incluindo as tecnologias emergentes como a inteligência artificial.

Enfrentar essa problemática requer ações concretas, não apenas por parte dos governos e Estados, mas também por meio de articulações entre países que compartilham uma relação de dependência e subordinação dentro do sistema global. Atualmente, a governança e a propriedade das tecnologias estão concentradas nas mãos dos Estados que dominam o cenário

Se quisermos combater a desigualdade, devemos questionar sua origem: a apropriação de recursos por parte de uns poucos, que se atribuem o direito e a força para concentrar riqueza e poder, enquanto outros são despojados, precarizados e expropriados de suas possibilidades de subsistência.

geopolítico. Se quisermos combater a desigualdade, devemos questionar sua origem: a apropriação de recursos por parte de uns poucos, que se atribuem o direito e a força para concentrar riqueza e poder, enquanto outros são despojados, precarizados e expropriados de suas possibilidades de subsistência. A desigualdade não é um fenômeno natural, mas sim um processo produzido e sustentado pelo sistema.

É aqui que a tecnologia desempenha um papel central: ela não apenas otimiza a produção capitalista, como também reforça a desigualdade ao maximizar a extração de recursos, a exploração do trabalho e o acúmulo de dados e territórios. Tudo isso fortalece aquele “mundo das coisas” de que fala Rita Segato.

Portanto, para enfrentar a desigualdade mediada sociotecnologicamente, é fundamental atuar simultaneamente nas três escala: global, regional/nacional e local/comunitária. Isso exige uma sólida organização política da sociedade civil, governos com visão e compromisso com suas populações, e uma articulação regional que nos permita exercer pressão política e deixar de ocupar, no atual ordenamento geopolítico, um papel subordinado como meros fornecedores de recursos, mão de obra barata e dados para a economia digital.

Carlos Eduardo Souza Aguiar: IA, poder e governança: A transformação do mundo social e natural em dados é central para o funcionamento da IA, mas também implica apropriação e exclusão. Quais são os principais impactos da dataficação nas relações de poder globais, especialmente sobre comunidades historicamente subalternizadas? Como esses impactos se articulam aos processos de algoritmização e automatização, cada vez mais presentes na tomada de decisões em áreas como saúde, segurança e políticas públicas, frequentemente associados ao deslocamento de responsabilidades e à intensificação do controle social? E que caminhos regulatórios podem ser construídos para garantir transparência, responsabilização e justiça diante dos danos produzidos por esses sistemas?

Paola Ricaurte Quijano: Para falar de inteligência artificial, gosto de começar discutindo a conceituação desses sistemas. Segundo uma definição técnica, os sistemas de IA são “sistemas baseados em máquinas que, com objetivos explícitos ou implícitos, inferem – a partir das informações que recebem – como gerar resultados tais como previsões, conteúdos, recomendações ou decisões que podem influenciar ambientes físicos ou virtuais. Os diferentes sistemas de IA variam em seus níveis de autonomia

e adaptabilidade após sua implementação" (OCDE, 2023).

Essa definição situa a IA como um sistema que, para funcionar, requer um *input* (dados, texto, imagens, sons etc.), que são processados mediante instruções (algoritmos, modelos) para gerar *outputs* (previsões, conteúdos, decisões etc.). No entanto, para que esses sistemas possam ser utilizados por pessoas, é necessário que haja uma interface, ou seja, uma aplicação que faz a mediação desses processos e permite a integração com a IA. Na vida cotidiana, utilizamos esses sistemas para automatizar tarefas como traduzir, revisar um texto, gerar uma imagem, identificar padrões em dados ou seguir uma rota. Da mesma forma, diversas instituições os empregam para tomar decisões automatizadas: bancos os utilizam para avaliar se alguém pode obter crédito; hospitais, para reconstruir imagens do corpo; e serviços públicos, para determinar a elegibilidade a benefícios sociais.

Em outras palavras, quando falamos de IA, nos referimos a vários processos interconectados: dataficação, algoritmização e automatização. Sustento que esses processos, situados em contextos de assimetria de poder, não apenas reproduzem a desigualdade estrutural, como também amplificam a violência em grande escala.

Dessa forma, as múltiplas violências se automatizam por meio desses três processos-chave. Primeiro, a dataficação, que se refere a conversão do mundo natural e social em dados, e que, sob o modelo atual da economia digital, se baseia no extrativismo e no despojo. Segundo, a algoritmização, entendida como a mediação algorítmica da sociedade, que dá origem a ordens globais de classificação, à morte dos saberes diver-

sos e à governamentalidade algorítmica, ou seja, o governo do mundo social baseado no processamento massivo de dados (ROUVROY; BERN, 2013). Finalmente, a automatização do poder e da desigualdade. Ao implementar esses sistemas, principalmente dirigidos a populações historicamente marginalizadas, os governos podem utilizá-los como ferramentas de controle social e de tomada de decisões automatizadas na administração pública. Ao delegar a autoridade aos algoritmos, os governos não apenas se eximem de suas responsabilidades, como também se desvinculam das consequências dessas decisões automatizadas, enfraquecendo seu papel como garantidores de direitos.

Dado o crescente interesse dos governos em automatizar processos e serviços, é fundamental desenvolver regulações rigorosas que monitorem todo o ciclo de vida da inteligência artificial, desde seu desenho e desenvolvimento até sua implementação e descarte. Isso também implica revisar os processos de financiamento, compras, fornecedores. Além disso, dado que os algoritmos são dinâmicos, o monitoramento deve ser permanente. Isso significa que é necessário garantir a auditabilidade algorítmica permanente, supervisionando de maneira contínua o funcionamento dos sistemas, assim como o acompanhando dos impactos para avaliar os efeitos que esses sistemas produzem sobre as pessoas. Também é indispensável estabelecer mecanismos de responsabilização e reparação de danos. Sempre que existir um sistema que possa causar danos, deve haver contrapesos que impeçam seu uso arbitrário, especialmente diante das tentativas de

Dado o crescente interesse dos governos em automatizar processos e serviços, é fundamental desenvolver regulações rigorosas que monitorem todo o ciclo de vida da inteligência artificial, desde seu desenho e desenvolvimento até sua implementação e descarte.

grandes corporações e governos autoritários de implementá-lo sem salvaguardas adequadas.

Carlos Eduardo Souza Aguiar: **Desafios éticos no contexto global e soberania tecnológica:** Muitas diretrizes éticas sobre IA são elaboradas em países do Norte Global, frequentemente ignorando os contextos e as epistemologias do Sul Global. O que seria necessário para construir um marco ético que reconheça as especificidades culturais, históricas e políticas das diferentes regiões do mundo?

Paola Ricaurte Quijano: A partir de uma perspectiva de direitos humanos, buscamos defender o compromisso irrestrito com os direitos fundamentais e alertar sobre a tendência de desregulamentar esses sistemas sob o pretexto da “autorregulação empresarial”. A história demonstra que as grandes corporações não priorizam o bem comum, mas sim seus interesses econômicos, e raramente assumem a responsabilidade pelos danos causados por seus sistemas. Em nível internacional, existem diversos marcos éticos, como a Recomendação Ética sobre IA da UNESCO, os princípios éticos da OCDE, entre outros.

O desenvolvimento de marcos éticos em escala internacional enfrenta, por um lado, a limitada participação de países que

não estão envolvidos no desenvolvimento de sistemas inteligentes, o que faz com que esses marcos reflitam principalmente a perspectiva dos países industrializados. Por outro lado, esses marcos também atendem aos interesses das empresas, que exercem um lobby muito forte com os tomadores de decisão, para que os princípios éticos sejam formulados de modo a não prejudicar seus negócios lucrativos. Por isso, é importante entender que qualquer marco ético – como é de esperar, que leve em conta a diversidade e a especificidade das culturas – deve estar respaldado por uma regulamentação vinculante que coloque os direitos humanos e a justiça social no centro. Caso contrário, corremos o risco de que, na ausência de regulações, empresas e governos implementem sistemas de IA sem assumir responsabilidade por suas consequências.

É nesse contexto que se torna fundamental a necessidade de um projeto de soberania tecnológica e de dados em nível regional, que permita à América Latina articular forças, somar recursos, defender os direitos de sua população e apostar em um modelo de inovação tecnológica centrado na vida digna, na justiça, na proteção ambiental e na diversidade. Sem uma estratégia regional, os países, isoladamente, têm menor capacidade de desenvolver um projeto viável e sustentá-

vel ao longo do tempo, o que dificulta a implementação de um plano de ação de curto, médio e longo prazo. Isso é especialmente crítico se considerarmos que enfrentamos os imensos recursos e o poder das corporações dos países industrializados.

Por último, insistimos que a discussão ética sobre os danos da IA não pode se limitar ao funcionamento técnico dos sistemas. É fundamental adotar uma abordagem que analise também os processos de governança e seus impactos em múltiplas escalas e dimensões. Por um lado, em nível global, em termos de concentração de poder tecnopolítico em poucos países; em nível nacional, em relação ao uso da IA para aprofundar as desigualdades estruturais; em nível individual, nos efeitos sobre os direitos e a vida das pessoas. Por outro lado, em nível multidimensional, considerando seu impacto em múltiplas esferas: econômica, ambiental, trabalhistas, sociais, culturais, educacionais, cognitivas, linguísticas etc. A maior parte das discussões éticas sobre a IA se concentra no funcionamento interno dos sistemas em si, mas não considera o quadro mais amplo. Por isso, é necessário adotar uma abordagem que compreenda os danos não apenas em relação ao sistema em si, mas também ao ecossistema da inteligência artificial como um todo, dentro do contexto do sistema-mundo.

Carlos Eduardo Souza Aguiar: **Interseccionalidade e tecnologia:** As tecnologias de IA frequentemente codificam vieses que afetam de maneira desproporcional determinados grupos, como mulheres, pessoas racializadas e comunidades LGBTQIA+. Como uma perspectiva interseccional pode

influenciar a criação de tecnologias mais justas e inclusivas?

Paola Ricaurte Quijano: A partir da perspectiva crítica proposta pelos feminismos descoloniais e interseccionais, defendemos que a compreensão dos vieses na inteligência artificial deve estar inserida numa reflexão sobre os sistemas sociotécnicos como arranjos de poder. Sob esse olhar feminista descolonial e interseccional, enfatiza-se que tais sistemas não são neutros, mas sim carregam as marcas sociais intrínsecas de sua produção. Por isso, mais do que falar de vieses, prefiro falar de dano, de violências interconectadas que se reproduzem por meio desses sistemas. Essas violências devem ser compreendidas a partir de uma perspectiva multiescalar, ou seja, não apenas como parte do funcionamento dos sistemas em si, mas também como parte dos ecossistemas nos quais operam e do sistema-mundo em seu conjunto.

Esses arranjos sociotécnicos e algorítmicos hegemônicos refletem um modelo de mundo que perpetua desigualdades e violências históricas. Os feminismos interseccionais contribuem com a compreensão de que, ao falarmos de violências estruturais, não podemos tratá-las de maneira isolada, pois estão profundamente interconectadas. Assim, a violência que esses sistemas exercem sobre as pessoas está determinada por quem são essas pessoas e pela interseção de suas identidades de gênero, raça, escolaridade, origem étnica, língua, deficiência, idade, classe social, entre outras. Quando esses sistemas sociotécnicos são implantados no mundo, os danos que uma pessoa enfrenta aumentam à medida que múltiplos eixos de opressão se cruzam.

Assim, podemos observar como o dano em nível individual é o resultado de violên-

Os países com populações racializadas, precarizadas e marginalizadas também são objeto dessas violências, como vemos no genocídio automatizado contra o povo palestino.

cias estruturais. Se uma pessoa com deficiência, que também é mulher e racializada, tenta acessar crédito, provavelmente um sistema automatizado de análise de crédito lhe negará com base em suas características. Se movermos isso para o nível meso, dentro dos ecossistemas de inteligência artificial, veremos que essas desigualdades também se manifestam na composição da força de trabalho, nos espaços de governança tecnológica, no sistema educacional, no acesso desigual a essas tecnologias e na propriedade das infraestruturas. Em nível macro, no sistema-mundo, essas desigualdades se reproduzem na distribuição global do poder, dos dados, do conhecimento e dos recursos. Os países com populações racializadas, precarizadas e marginalizadas também são objeto dessas violências, como vemos no genocídio automatizado contra o povo palestino.

Portanto, retomando o argumento anterior, é fundamental compreender que esses arranjos sociotécnicos hegemônicos funcionam como catalisadores de violências sistêmicas em todas as escalas. Como mencionamos, os feminismos descoloniais e interseccionais têm mostrado que as múltiplas opressões estão relacionadas e, à medida que esses sistemas são aplicados sobre populações que cruzam diversas interseções de opressão, sua capacidade de dano é ampliada. Por isso, as perspectivas críticas feministas descoloniais e interseccionais

são essenciais para entender, com base nas assimetrias de poder e nas múltiplas violências, como a mediação sociotécnica desses arranjos algorítmicos também implica a automatização de opressões interconectadas.

Se não compreendermos que a mediação dos sistemas de inteligência artificial está reproduzindo violências em todas as escalas, corremos o risco de perder de vista que esses sistemas não são simplesmente tecnologias, mas sim arranjos de poder. Quem os produz e quem se beneficia deles são os mesmos que controlam o poder em escala global, e seu interesse não é transformar o *status quo*, mas perpetuá-lo, consolidá-lo. Por isso, necessitamos de uma forte organização social e política para exigir direitos e disputar o poder dos grandes centros hegemônicos.

Uma via para criar tecnologias mais justas é nos apropriarmos dos meios de produção: as infraestruturas, os dados, os modelos e o conhecimento. Em vez de sermos usuárias e usuários servis ao sistema, devemos desenvolver infraestruturas públicas e comunitárias, bem como ecossistemas de pesquisa e inovação democráticos, nos quais todas as pessoas, independentemente de sua condição, possam participar do desenho dos sistemas tecnológicos de que realmente necessitam. E isso não é uma utopia. A Rede Feminista de Pesquisa em IA, que reúne mais de 80 mulheres de diferentes áreas, vem há qua-

tro anos impulsionando a inovação desde as margens, liderada por mulheres, code-senhada com as comunidades, em nossas línguas e para atender às nossas necessidades. No entanto, para que este deixe de ser um caso isolado, necessitamos de

políticas regionais de desenvolvimento científico, inovação, educação, trabalho e cultura que enfrentem estruturalmente a exclusão histórica das pessoas e comunidades marginalizadas dos processos de inovação tecnológica.

Para ler mais:

- Ricaurte, P. et al. (2025). Feminist AI for/by the Majority World: Feminist AI Research Network, Latin American and Caribbean Hub. In Philipp Hacker (ed.), *Oxford Intersections: AI in Society*. <https://doi.org/10.1093/9780198945215.003.0085>
- Ricaurte, P., Gómez-cruz, E., Siles, I. (2024). Algorithmic Governmentality in Latin America. *Big Data & Society*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/20539517241229697>.
- Ricaurte, P. (2024). The digitalization imperative. *Dialogues on Digital Society*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/29768640241262263>
- Ricaurte, P. (2024). Resistencia como re-existencia: La defensa del cuerpo-territorio en la sociedad algorítmica. *Pléyade* 32: 64-92. <https://www.revistapleyade.cl/index.php/OJS/article/view/471>
- Siles, I., Gómez-Cruz, E., & Ricaurte, P. (2023). Fluid agency in relation to algorithms: Tensions, mediations, and transversalities. *Convergence*, <https://doi.org/10.1177/13548565231174586>.
- Siles, P. Gómez-Cruz, E. & Ricaurte, P. (2023). Toward a popular theory of algorithms, *Popular Communication*, 21(1), 57-70. <https://doi.org/10.1080/15405702.2022.2103140>
- Tierra Común Network. (2023). Resisting Data Colonialism. Interventions for data decolonization. Amsterdam: Institute of Network Cultures.
- Ricaurte, P. & Zasso, M. (2023). AI, Ethics and Coloniality: A Feminist Critique. In What AI can Do. Strengths and Limitations of Artificial Intelligence. Edited By Manuel Cebral-Loureda, Elvira G. Rincón-Flores, Gildardo Sanchez-Ante. Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1201/b23345>
- Ricaurte, P. (2023). *Descolonizar y despatriarcalizar las tecnologías*. México: Centro de Cultura Digital. <https://vision.centroculturadigital.mx/media/done/descolonizarYD.pdf>
- Ricaurte, P. y Zasso, M. (Eds.) (2022). *Feminist Artificial Intelligence: towards a research agenda for Latin America and the Caribbean*. Costa Rica: Tecnológico de Costa Rica. ISBN: 978-9930-617-24-3.
- Ricaurte, P. (2022). Ethics for the majority world: AI and the question of violence at scale, *Media, Culture & Society*, 44 (4), 726-745. <https://doi.org/10.1177/01634437221099612>
- Ricaurte, P. (2019). Data epistemologies, the Coloniality of Power, and Resistance. *Television & New Media*, 20(4), 350-365. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476419831640>

 Data do recebimento: 14/03/2025
Data do aceite: 27/03/2025

Dados dos autores:

Paola Ricaurte Quijano

É professora associada do Departamento de Mídia e Cultura Digital do Tecnológico de Monterrey, México, e professora associada do Berkman Klein Center for Internet & Society da Universidade de Harvard (EUA). E-mail: pricaurt@tec.mx

Carlos Eduardo Souza Aguiar

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4612171463130805>

Doutor em Sociologia pela Université Sorbonne Paris. É professor e coordenador do Núcleo de Pesquisa da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (Fapcom).